



Simulado Especial

TCE SP

Auditor de Controle Externo
– Administração
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TCE-SP (Auditor de Controle Externo - Administração)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor de Controle Externo - Administração do TCE-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Bz78aKjiWfxqbqQJ8>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/HWgG>

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS***Adriana Figueiredo***Blefes**

Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer. A sua e a do próximo. Numa mesa de pôquer, o homem chega ao pior e ao melhor de si mesmo, e vai da euforia ao ódio numa rodada. Mas sempre como se nada estivesse acontecendo. Os americanos falam do *poker face*, a cara de quem consegue apostar tendo uma boa carta ou nada na mão com a mesma impassividade, embora a lava esteja turbilhonando lá dentro. Porque sabe que está rodeado de fingidos, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha. Ou ultrapassando a fachada e mergulhando na alma do outro.

Não se trata de adivinhar seu caráter. Não é uma questão de caráter. O blefe é um lance tão legítimo quanto qualquer outro no pôquer. Os puros são até melhores blefadores, pois só quem não tem culpa pode sustentar um *poker face* perfeito sob o escrutínio hostil da mesa. Há quem diga que ganhar com um blefe supera ganhar com boas cartas e que é no blefe que o pôquer deixa de ser um jogo de azar, e, portanto, de acaso, e se torna um jogo de talento. Já fora do pôquer o blefe perde sua respeitabilidade. É apenas sinônimo de engodo. Geralmente aplicado a pessoas que não eram o que pareciam ou fingiam ser.

(Adaptado de: VERÍSSIMO, Luis Fernando. Às mentiras que os homens contam. São Paulo: Cia das Letras, 2015)

1. No trecho “Os puros são até melhores blefadores”, o uso do termo em destaque permite afirmar que:
- a) não é preciso ser puro para ser um bom blefador.
 - b) a informação dada não é a que se esperava.
 - c) não se deve levar em consideração a pureza no blefe.
 - d) blefe é um resultado da culpa do jogador.
 - e) a análise da mesa depende da pureza dos jogadores.

2. No 2º parágrafo, o vocábulo “engodo” poderia ser substituído por:

- a) engano
- b) destreza
- c) habilidade
- d) passividade
- e) honestidade

3. Ocorre linguagem figurada em:

- a) Numa mesa de pôquer, o homem chega ao pior e ao melhor de si.
- b) Há quem diga que ganhar com um blefe supera ganhar com boas cartas.
- c) ... e vai da euforia ao ódio numa rodada.
- d) a cara de quem consegue apostar tendo uma boa carta ou nada na mão.
- e) ...embora a lava esteja turbilhonando lá dentro.

4. O trecho sublinhado em “Porque sabe que está rodeado de fingidos, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra” estabelece uma relação, com a oração seguinte, de:

- a) Consequência
- b) Concessão
- c) Oposição
- d) Causa
- e) Finalidade

5. A expressão sublinhada deve sua flexão ao verbo em negrito em:

- a) **Houve** uma certa confusão no ambiente.
- b) O líder **propôs** um plebiscito no escritório.
- c) Todos começaram a trabalhar antes que **aparecesse** o chefe.
- d) Mas durante todo o dia o administrador **ficou** preocupado.
- e) **Colocaram** uma camisa sem botão.

6. A vírgula foi empregada corretamente em:

- a) Nadar em alto mar, pode ser perigoso.
- b) O trabalho remoto, vem ganhando espaço, em muitas empresas.
- c) Os advogados disseram que, o processo não estava ganho.
- d) No ano, passado, as taxas de natalidade diminuíram.
- e) Há fatos que, embora muito difundidos, são alvos de dúvida.

7. No trecho a seguir, os conectivos destacados podem ser substituídos respectivamente por:

O jovem, embora conte mentiras a seu respeito, parece ter um currículo realmente invejável, no entanto possui pouca experiência.

- a) visto que, conforme.
- b) mesmo que, portanto.
- c) conforme, enquanto.
- d) a não ser que, porque.
- e) conquanto, contudo.

8. Está correta a concordância nominal em:

- a) É proibida entrada de animais.
- b) Era viciante aqueles jogos dos anos 90.
- c) Depois da consulta, eles saíram com bastante pedidos de exame.
- d) Que belos sapato e terno.
- e) É importante que João e Ana obedeçam aos professores.

9. A regência foi aplicada corretamente na frase:

- a) Todos estavam convictos que a crise logo passaria.
- b) Nas últimas semanas, autoridades avisaram a população que o isolamento social continuaria.
- c) Aqueles responsáveis confiaram da proteção que a escola oferecia.

d) Famílias foram à Justiça pedir um posicionamento das instituições de ensino.

e) Entre os alunos, todos discordavam com o posicionamento da direção.

10. Está de acordo com a norma culta a colocação do pronome oblíquo em:

- a) **Nos** trata como se não nos conhecêssemos.
- b) Doaria-**lhe** todas as melhores roupas.
- c) O trabalho não poupou-**nos** do ócio.
- d) As crianças **se** interessam pelos objetos coloridos.
- e) Aqueles que preocupam-**se** com o próximo serão recompensados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Cinco astronautas, Diego, Beatriz, Henrique, Melissa e Pedro, participaram de uma missão espacial e um deles desligou um importante sistema de segurança. Ao serem questionados pelo comandante, eles disseram o seguinte:

- Pedro: "Não foi o Henrique quem desligou o sistema."
- Diego: "Eu desliguei o sistema."
- Beatriz: "Eu não desliguei o sistema."
- Henrique: "Foi o Pedro quem desligou o sistema."
- Melissa: "Beatriz está mentindo."

Se apenas um dos astronautas disse a verdade, quem desligou o sistema foi:

- a) Henrique
- b) Melissa
- c) Pedro
- d) Diego
- e) Beatriz

12. Considere que os números que compõem a sequência seguinte obedecem a uma lei de formação.

(806, 798, 266, 258, 86, 78, ...)

O oitavo termo da sequência é:

- a) 10
- b) 12
- c) 14
- d) 16
- e) 18

13. Uma afirmação equivalente à afirmação “Se uma planta é regada, então ela cresce saudável, e se uma planta é regada, então ela não murcha” é

- a) Se uma planta é regada, então ela não cresce saudável ou murcha.
- b) Se uma planta murcha e não cresce saudável, então ela não é regada.
- c) Se uma planta é regada, então ela cresce saudável e não murcha.
- d) Uma planta é regada, cresce saudável e não murcha.
- e) Uma planta não é regada, e ela cresce saudável ou não murcha.

14. Uma empresa possui 7 máquinas que fabricam diversos produtos e operam com a mesma produtividade. Em um determinado mês, essas máquinas levaram juntas 10 dias para produzir 150 unidades de um produto A. Em um determinado momento, para saldar uma dívida com fornecedores, a empresa vendeu 2 máquinas. No mês seguinte, devido a um aumento inesperado na demanda, o número de unidades a serem produzidas do produto A dobrou. Com base nisso, determine o número de dias necessários para produzir essas unidades.

- a) 14 dias.
- b) 16 dias.

- c) 21 dias.
- d) 28 dias.
- e) 29 dias.

15. Se João tem uma bicicleta, então Maria tem um carro. Se Pedro não tem um cachorro, então Ana não tem um gato. Sabendo-se que Maria não tem um carro ou Ana tem um gato, conclui-se corretamente que

- a) Pedro e Ana têm animais de estimação.
- b) Se Pedro tem um animal de estimação, então Ana não tem.
- c) João não tem uma bicicleta e Pedro tem um cachorro.
- d) João tem uma bicicleta ou Pedro não tem um cachorro.
- e) João não tem uma bicicleta ou Pedro tem um cachorro.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. O usuário deseja desativar a reprodução automática no Windows, pois soube que esse recurso é ativado por padrão e que essa situação pode causar uma vulnerabilidade para o Sistema. Para isso deve acessar o menu:

- a) Dispositivos
- b) Aplicativos e Recursos.
- c) Cortana
- d) Área de Trabalho.
- e) Barra de Tarefas

17. Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

- a) Alinhamento Justificado.
- b) Controle de Alterações
- c) Hifenização.
- d) Recuos
- e) Espaçamento.

18. Uma planilha no Excel tem os valores

	A	B	C	D	E	F
1	2024					
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						

O usuário se posicionou na célula A1 e arrastou a alça de preenchimento até a célula A12. Dessa forma, podemos concluir que na célula A10 aparecerá o valor:

- a) 2031
- b) 2030
- c) #erro
- d) 2020
- e) 2024

19. Sobre o Teams, marque a alternativa correta:

- a) A ferramenta de Tarefas possibilita visualizar todas as equipes das quais o usuário e a sua equipe participam.
- b) O chat é uma ferramenta automaticamente desabilitada e jamais pode ser usada concomitante com a chamada de vídeo.
- c) As videoconferências só são permitidas em classes com mais de 100 usuários.
- d) Durante a videoconferência é possível compartilhar telas abertas de outros aplicativos.
- e) O recurso de Equipes é utilizado para listar as tarefas pendentes do usuário.

20. Sobre o protocolo POP responda.

- a) É utilizado para o envio de mensagens de email com uma maior velocidade de transmissão.
- b) É utilizado para a troca de páginas entre computadores utilizando criptografia.
- c) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, retira as mensagens do servidor e realiza a leitura na máquina do usuário.
- d) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, realiza a leitura no servidor.
- e) Não permite configurações adicionais em seu servidor.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

21. Jobson é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Sem prejuízo do envio ao Legislativo, o TCE julgou as contas de gestão, aplicando multa ao prefeito municipal por irregularidades identificadas.

Paralelamente, Jobson foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Jobson era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Jobson, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsistiria a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.

c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.

d) Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas; essa competência, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais.

e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

22. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado de São Paulo, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.
- e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

23. Elvis é agente público de município do interior do estado e teve as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que determinou o ressarcimento de danos causados ao erário e simultaneamente aplicou-lhe multa proporcional ao dano. Maria da Silva também é agente do mesmo município e foi multada (multa simples) por descumprir determinação do Tribunal de Contas. Os dois não quitaram os débitos, motivo pelo qual houve a necessidade de propor ação de execução no âmbito judicial.

Considerando as situações hipotéticas acima, julgue os itens a seguir.

- a) Todas as ações de execução serão propostas pelo Tribunal de Contas, órgão técnico responsável pela proteção dos recursos públicos.
- b) A cobrança do débito (dano ao erário) será proposta pelo município, enquanto as multas (proporcional ao dano e simples) serão executadas por iniciativa do estado de São Paulo.
- c) A cobrança do débito (dano ao erário) e da multa proporcional ao dano será proposta pelo município, enquanto a multa simples será executada por iniciativa do estado de São Paulo.
- d) O Estado e o município são credores solidários de todos os valores, sendo que as ações de execução poderão ser propostas pelas procuradorias de ambos os entes da Federação.
- e) O Ministério Público de Contas poderá propor as ações de cobrança, caso os entes credores (município ou estado) não apresentem as ações no prazo legal.

24. Sobre as decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pode-se afirmar que:

- a) Final é a decisão pela qual o Relator ou o Tribunal de Contas, antes de se pronunciar quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a notificação ou a audiência dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias à instrução do processo.
- b) Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal de Contas julga regulares, regulares com ressalvas ou irregulares as contas.
- c) Dentro do prazo de dez anos, contados da publicação da decisão terminativa no Diário Oficial, o Tribunal de Contas poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar a reabertura do processo e determinar que se utilize a respectiva tomada ou prestação de contas que tenham sido consideradas ilíquidáveis.
- d) As contas serão consideradas líquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.
- e) Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis.

25. Jorge jurisdicionado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e deseja impugnar decisão da Corte, alegando que houve contradição nos argumentos levantados na decisão. Nesse caso, o instrumento de recurso cabível será:

- a) recurso ordinário;
- b) pedido de reconsideração;
- c) agravo;
- d) embargos de declaração; e
- e) pedido de reexame.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. Considerando as disposições da CF, assinale a opção que trata de norma constitucional de eficácia contida.

- a) A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;
- b) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- c) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- d) Lei complementar, de iniciativa do STF, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os princípios fixados na CF;
- e) Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

27. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador de Estado, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, desde que devidamente fundamentado, pode determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Conquanto uma liminar não seja suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar, poderá suspender as suas atividades até a análise de mérito.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

28. O Projeto de Lei nº YY foi aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional e enviado ao Presidente da República. Feita a análise pelos Ministérios que atuavam nas respectivas temáticas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariava o interesse público, motivo pelo qual após veto.

Nesse caso, a respeito da parte incontroversa do projeto, o Presidente da República deve

- a) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, para que a lei seja promulgada em ato único.
- b) promulgar a parte incontroversa do projeto antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.
- c) aguardar finalização do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.
- d) promulgar a parte incontroversa do projeto, que foi sancionada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a uma nova lei.
- e) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que promulgação da lei seja feita pelo Presidente do Congresso Nacional.

29. O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

30. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Rodrigo Bet*

31. Acerca das entidades que compõem a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) As autarquias e as empresas públicas são entes dotados de personalidade jurídica de direito público, criados por lei específica, com autonomia administrativa e patrimônio próprio.
- b) A principal diferença entre empresa pública e sociedade de economia mista está na forma jurídica adotada e na composição do capital, sendo a primeira sempre uma sociedade anônima com capital exclusivamente privado.
- c) A descentralização de competências do governo central para os governos subnacionais chama-se descentralização política.
- d) Os consórcios públicos são formas de desconcentração administrativa que visam à gestão compartilhada de serviços entre órgãos da mesma entidade federativa.
- e) As sociedades de economia mista integram a administração direta, pois são criadas por lei e executam atividade econômica por delegação do Estado.

32. Acerca dos atos administrativos no âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A autoexecutoriedade e a imperatividade são atributos presentes em todos os atos administrativos.
- b) O silêncio da Administração, por corresponder a uma omissão com efeitos legais, é considerado um ato administrativo tácito.
- c) Os atos administrativos e os demais atos praticados pela Administração sempre possuem natureza de direito público e estão sujeitos ao controle jurisdicional.
- d) Fatos administrativos, por influenciarem o campo jurídico da Administração, podem ser classificados como uma modalidade de ato administrativo.
- e) O ato administrativo é uma manifestação unilateral da vontade da Administração, submetida ao regime jurídico de direito público, com objetivo de gerar efeitos jurídicos voltados ao interesse coletivo.

33. Durante processo de aquisição de equipamentos tecnológicos em órgão público, foi apurado que a comissão responsável, liderada por um servidor de carreira, autorizou a contratação de empresa inabilitada, o que gerou prejuízo financeiro à Administração. Após auditoria, concluiu-se que os integrantes da comissão não agiram com dolo ou má-fé. Com base na Lei nº 8.429/1992, atualizada, é correto afirmar:

- a) O enriquecimento ilícito estará caracterizado se houver prejuízo ao erário, ainda que não exista intenção de obter vantagem.
- b) A responsabilização por ato de improbidade administrativa por dano ao erário independe da comprovação de dolo ou culpa.
- c) A caracterização de improbidade administrativa exige a presença de dolo, razão pela qual a ausência de intenção afasta a responsabilização de seus autores.
- d) Para a responsabilização por violação aos princípios da Administração, basta a inobservância dos deveres funcionais, independentemente de dolo.

e) A responsabilização por improbidade administrativa exige, como condição indispensável, a prévia conclusão de processo administrativo disciplinar.

34. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que configura hipótese de licitação dispensável:

- a) contratação de profissional técnico de notória especialização para compor comissão de avaliação de critérios de técnica em licitações.
- b) contratação de empresa para elaboração de parecer técnico sobre viabilidade de projeto de engenharia, com notória especialização.
- c) aquisição de imóvel em local estratégico e com características únicas para instalação de unidade administrativa.
- d) credenciamento de clínicas médicas para realização de exames especializados para servidores públicos.
- e) contratação de consultoria para elaboração de projeto executivo de obra pública, com profissional de notória especialização.

35. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, exceto:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- c) alterar os critérios de classificação das propostas para melhor adequar às necessidades da Administração.
- d) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
- e) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

36. Durante a execução de um contrato de fornecimento contínuo de insumos hospitalares, o contratado solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro alegando que uma nova tributação federal impactou significativamente os custos de fornecimento. À luz da Lei nº 14.133/2021, tal situação configura:

- a) Fato da Administração, por decorrer de decisão da própria entidade contratante, com efeitos diretos sobre o objeto contratual.
- b) Risco ordinário do contrato, pois variações tributárias fazem parte das contingências normais da atividade econômica.
- c) Cláusula exorbitante, pois autoriza a modificação contratual unilateral pela Administração sem gerar consequências financeiras para o contratado.
- d) Fato do príncipe, pois trata-se de ato do Poder Público com efeitos gerais que impactam o contrato, autorizando o reequilíbrio.
- e) Fato do príncipe, porém o reequilíbrio econômico-financeiro só poderá ser pleiteado após a conclusão do contrato.

37. Durante uma fiscalização de rotina, um agente municipal da vigilância sanitária lavrou auto de infração e aplicou multa a um estabelecimento comercial por descumprimento de normas de higiene previstas na legislação local. Essa conduta da Administração Pública caracteriza o exercício de qual espécie de poder administrativo?

- a) Poder Disciplinar
- b) Poder Hierárquico
- c) Poder de Polícia
- d) Poder Vinculado
- e) Poder Normativo

38. Acerca dos princípios e poderes administrativos, julgue os itens a seguir:

- I. O princípio da sindicabilidade é aquele que permite que os atos da Administração Pública possam ser controlados, abrangendo o controle administrativo ou judicial.
- II. Os princípios da autotutela e da sindicabilidade, embora distintos, possuem relação no contexto do controle dos atos administrativos.
- III. O poder discricionário permite que a Administração Pública anule atos administrativos válidos que se tornem inconvenientes ou inoportunos, desde que respeitados os direitos adquiridos.

Com base na análise dos itens, assinale a alternativa correta:

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente o item III está correto.
- e) Todos os itens estão corretos.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS E ATIVOS

Paulo Portinho

39. A empresa YKZ apresenta um ciclo operacional de 115 dias, um ciclo econômico de 55 dias e um ciclo de caixa de -15 dias (negativo). Se a empresa reduzir pela metade o período em contas a receber e o período em contas a pagar, os novos ciclos operacional e de caixa da empresa serão respectivamente,

- a) 85 e 20
- b) 85 e -20
- c) 20 e 85
- d) 85 e 15
- e) 80 e -15

40. Uma empresa apresentou os seguintes valores em seu Balanço Patrimonial:

- Ativo Circulante = R\$ 2 milhões
- Ativo Não Circulante = R\$ 1.500.000
- Passivo Circulante = R\$ 1.500.000,
- Patrimônio Líquido = R\$ 1.000.000

Os índices de participação de capitais de terceiros e de composição de endividamento foram, respectivamente:

- a) 0,60 e 0,71.
- b) 0,71 e 0,33.
- c) 0,60 e 0,33.
- d) 0,71 e 0,71.
- e) 0,71 e 0,60.

41. Suponha que determinado investimento foi feito e tenha apresentado os seguintes fluxos de caixa:

- Saída de R\$ 1.000,00 no período 0;
- Entrada de R\$ 5.000,00 no período 1;
- Saída de R\$ 1.000,00 no período 2.

Considerando que $\sqrt{21}$ milhões = 4.582, assinale a alternativa correta.

- a) Há apenas uma única Taxa Interna de Retorno (TIR) para este fluxo de caixa, sendo que ela está abaixo de 400%.
- b) Há 2 Taxas Internas de Retorno Possíveis, sendo que uma está acima de 400% ao período.
- c) Há 2 Taxas Internas de Retorno Possíveis, sendo que uma é negativa.
- d) Há 3 Taxas Internas de Retorno Possíveis, sendo que uma é negativa.
- e) Não há taxas internas de retorno.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

42. Considerando que $\ln x$ é o logaritmo natural de x , o tempo necessário para que um capital de R\$ 20.000,00, aplicado a uma taxa de 100% ao ano, produza um montante de R\$ 100.000,00 pelo regime de capitalização composta é:

- a) 3 anos
- b) 4 anos
- c) $\frac{\ln 3}{\ln 2}$ anos
- d) $\frac{\ln 4}{\ln 3}$ anos
- e) $\frac{\ln 5}{\ln 2}$ anos

43. A taxa efetiva quadrimestral que é equivalente a uma taxa nominal de 240% ao ano, capitalizados bimestralmente, é igual a:

- a) 80,00%
- b) 80,20%
- c) 95,20%
- d) 96,00%
- e) 96,20%

44. Um investidor aplicou recursos em uma criptomoeda que ofereceu um rendimento nominal de 40% durante determinado período. Sobre os ganhos obtidos, há uma taxa de administração de 20%. Considerando que a inflação nesse mesmo período foi de 10%, qual foi o ganho real desse investimento?

- a) 24%
- b) 22%
- c) 20%
- d) 12%
- e) 10%

45. Uma loja vende uma máquina de lavar roupas por R\$ 3.000, podendo esse valor ser pago em três prestações iguais e mensais, sendo a primeira no ato da compra (entrada) e as duas restantes nos meses seguintes. Um cliente propôs o pagamento das duas primeiras parcelas iguais e uma terceira parcela de R\$ 2.000.

Nesse caso, qual será o valor de cada uma das duas primeiras parcelas se a taxa de juros compostos adotada pela loja é de 8% ao mês?

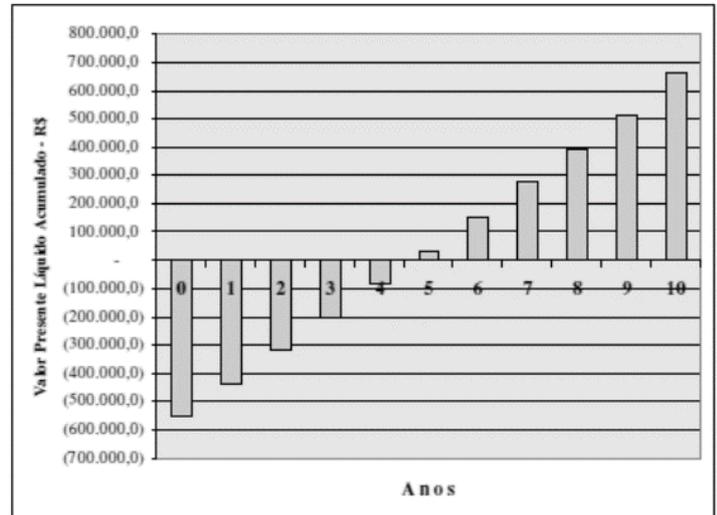
Dados: $1,08^{-1} = 0,9259$. $1,08^{-2} = 0,8573$. $1,08^{-3} = 0,7938$.

- a) R\$ 522,54
- b) R\$ 554,86
- c) R\$ 572,10
- d) R\$ 596,64
- e) R\$ 612,45

46. João obteve um empréstimo que deverá ser quitado por meio de 30 prestações mensais e consecutivas por meio do Sistema de Amortização Constante (SAC), com a primeira prestação vencendo no mês imediatamente seguinte à contratação do empréstimo. Sabendo-se que a décima prestação será igual a R\$ 7.100,00 e que, incluído nesse valor, R\$ 5.000,00 correspondem à amortização, o valor da vigésima prestação será igual a:

- a) R\$ 6.000,00.
- b) R\$ 6.050,00.
- c) R\$ 6.100,00.
- d) R\$ 6.150,00.
- e) R\$ 6.200,00.

47. O gráfico a seguir mostra o Valor Presente Líquido (VPL) acumulado em relação ao tempo para um projeto de investimento de 10 anos.



Considerando-se que a taxa de desconto empregada é de 6% ao ano, analise as afirmações a seguir:

- I. O projeto recupera o investimento no 10º ano, dado que somente no 10º ano o VPL acumulado supera o investimento inicial.
- II. A taxa interna de retorno (TIR) é superior a 6% ao ano.
- III. O projeto recupera o investimento, se a taxa mínima de aceitação (TMA) for de 6% ao ano, no quinto ano.

As afirmações corretas são:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

48. À luz dos Procedimentos Contábeis Orçamentários dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica uma espécie de receita classificada como “Outras Receitas Correntes”, no âmbito da classificação por natureza da receita:

- a) Valores Mobiliários
- b) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais
- c) Transferências do Exterior
- d) Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público
- e) Remuneração das Disponibilidades do Tesouro

49. Com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo são reconhecidas no Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público como:

- a) Ajustes de Avaliação Patrimonial
- b) Ajustes de Exercícios Anteriores
- c) Reservas de Capital
- d) Reservas de Lucros
- e) Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

50. Como base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é composta pelos seguintes quadros, exceto:

- a) Quadro Principal
- b) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- c) Quadro dos Ingressos e Dispendios Extraorçamentários de Caixa.
- d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida
- e) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

51. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. Acerca do tratamento contábil aplicável aos ativos imobilizados, assinale a opção correta:

- a) A entidade deverá aplicar o princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados quando os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes.
- b) Em geral, o ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.
- c) O item do imobilizado não necessariamente precisa de uma base monetária confiável para ser reconhecido.
- d) O reconhecimento e a mensuração dos ativos imobilizados obtidos a título gratuito seguem a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados.
- e) O custo de reposição de um ativo é o custo para repor seu potencial de serviço bruto. Este custo é amortizado para refletir o ativo na sua condição atual.

52. Em relação aos instrumentos financeiros no setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelece diretrizes para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação. Assinale a opção que descreve corretamente como os custos de empréstimos devem ser tratados, de acordo com o MCASP:

- a) Os custos de empréstimos devem ser sempre reconhecidos como despesas no período em que são incorridos, independentemente de estarem relacionados à aquisição de um ativo qualificável.
- b) Os custos de empréstimos devem ser sempre capitalizados como parte do custo do ativo qualificável, independentemente de serem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção do ativo.
- c) Os custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesas apenas se forem considerados imateriais, sendo que os custos materiais devem ser capitalizados como parte do custo do ativo qualificável.
- d) Os custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesas, exceto quando forem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, caso em que podem ser capitalizados.
- e) Os custos de empréstimos devem ser sempre reconhecidos como ajustes no patrimônio líquido, refletindo a variação no valor das obrigações financeiras da entidade.

53. Em relação à mensuração de ativos e passivos no setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta diversas bases de mensuração. Qual das alternativas abaixo descreve a base de mensuração denominada "custo de reposição ou substituição"?

- a) O montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado.

- b) O valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados do uso contínuo dos ativos e de sua alienação ao final de sua vida útil.
- c) O custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de um ativo na data do relatório.
- d) A quantia fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, correspondendo ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.
- e) O montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.

54. No contexto dos elementos das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que descreve corretamente a relação entre o Passivo Exigível (visão patrimonial) e as Etapas da Execução Orçamentária (visão orçamentária):

- a) O Passivo Exigível corresponde exclusivamente às despesas empenhadas e liquidadas, representando as obrigações da entidade para com terceiros após a conclusão do processo orçamentário.
- b) O Passivo Exigível abrange todas as etapas da execução orçamentária, desde a previsão até o pagamento, refletindo o ciclo completo de compromissos financeiros da entidade.
- c) O Passivo Exigível se restringe às despesas liquidadas e pagas, representando o montante efetivamente desembolsado pela entidade em cumprimento de suas obrigações.
- d) O Passivo Exigível representa as obrigações presentes da entidade, independentemente do estágio da execução orçamentária, incluindo compromissos já empenhados, liquidados ou a liquidar.
- e) O Passivo Exigível é influenciado pelas etapas da execução orçamentária apenas no que tange à sua mensuração, sendo que o reconhecimento da obrigação independe do processo orçamentário.

55. Considerando a importância da avaliação e mensuração de ativos e passivos no setor público, assinale a opção que apresenta a base de mensuração mais adequada para as disponibilidades, conforme preconiza o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

- a) Valor de mercado, ajustado por um fator de correção que reflita a taxa de inflação acumulada no período, visando garantir a manutenção do poder de compra dos recursos.
- b) Custo histórico, representando o valor original em moeda nacional, sem necessidade de conversão para moeda estrangeira, nos casos em que a disponibilidade esteja apresentada em outra moeda.
- c) Valor original em moeda nacional, com conversão para a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis, no caso de disponibilidades em moeda estrangeira.
- d) Valor presente, descontando-se os custos de transação e impostos incidentes sobre a aplicação financeira, para refletir o valor líquido que a entidade receberia caso necessitasse liquidar a posição imediatamente.
- e) Custo de reposição, que representa o montante necessário para substituir a capacidade de prestação de serviços das disponibilidades, assegurando a continuidade das operações da entidade.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

56. As falhas de mercado ocorrem quando o mercado não aloca recursos de forma eficiente, levando a resultados subótimos para a sociedade. Qual das alternativas abaixo é um exemplo de uma falha de mercado:

- a) A concorrência perfeita entre empresas no mercado.
- b) A produção de bens públicos, como iluminação de ruas.
- c) A lei da oferta e da demanda operando sem interferências externas.
- d) A existência de impostos sobre produtos comercializados.
- e) O equilíbrio de mercado sem intervenções governamentais.

57. O orçamento público exerce diferentes funções para garantir o bom funcionamento da economia e o bem-estar social. Qual das alternativas abaixo descreve corretamente as funções alocativa, distributiva e estabilizadora:

- a) A função alocativa garante a produção de bens públicos, enquanto a distributiva promove maior desigualdade econômica, e a estabilizadora desconsidera o controle da inflação.
- b) A função alocativa está relacionada ao financiamento de bens privados, a distributiva busca reduzir a desigualdade social, e a estabilizadora visa o aumento do desemprego.
- c) A função alocativa está relacionada ao fornecimento de bens públicos, a distributiva busca promover maior igualdade social, e a estabilizadora visa garantir a estabilidade econômica.
- d) A função alocativa elimina a intervenção governamental na economia, a distributiva aumenta os impostos sem critérios, e a estabilizadora ignora períodos de recessão econômica.
- e) As funções alocativa, distributiva e estabilizadora têm foco exclusivo na atuação do setor privado para desenvolvimento econômico.

58. No Federalismo Fiscal, as responsabilidades financeiras e administrativas são divididas entre os diferentes níveis de governo. Qual das alternativas abaixo descreve corretamente um princípio fundamental do Federalismo Fiscal?

- a) Apenas o governo central tem autoridade para arrecadar impostos e decidir sua aplicação.
- b) Os níveis de governo compartilham responsabilidades, promovendo eficiência na alocação de recursos e autonomia financeira.
- c) Os estados e municípios têm liberdade total para definir suas políticas fiscais sem qualquer coordenação com o governo federal.
- d) O federalismo fiscal concentra os recursos financeiros nas regiões mais desenvolvidas, ignorando as regiões menos favorecidas.
- e) O Federalismo Fiscal garante uniformidade absoluta nas políticas econômicas de todos os estados, eliminando suas particularidades regionais.

59. Segundo a LRF, o contingenciamento de despesas ou limitação de empenho é um mecanismo que tem por fundamento auxiliar no cumprimento das metas fiscais ao longo do exercício financeiro. Nesse contexto, pode-se afirmar:

- a) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais.
- b) Os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira são fixados na Lei Orçamentária Anual.
- c) A aferição da compatibilidade da arrecadação de receitas com as metas de resultado primário e nominal é bimestral.
- d) A verificação é quadrimestral.
- e) Trata-se de prerrogativa exclusiva do Poder Executivo.

60. Antes de se apresentar e sua forma mais moderna, o orçamento público sofreu modificações ao longo do tempo. E essa evolução

se apresenta revestidas em forma de espécies orçamentárias. Sendo assim, os tipos de orçamentos público tem como característica:

- a) o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado pela legislação financeira brasileira e representa a manutenção, ano após ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.
- b) adotado no Brasil, o orçamento-programa busca dar ênfase aos objetivos finais a serem perseguidos pela ação do Estado, vinculando o planejamento estatal com a autorização das despesas no orçamento.
- c) o orçamento base zero consiste na técnica de codificação dos subelementos de despesas orçamentárias por meio da utilização de sequências numéricas iniciadas com o dígito zero, seguidas da classificação funcional da despesa.
- d) o orçamento clássico, adotado no Brasil, baseia-se na ausência de correlação entre as despesas autorizadas em anos seguidos, revendo-se, na integralidade, a cada ano, o mérito de cada ação orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.
- e) o orçamento-programa visa a promover incentivos às unidades orçamentárias, por meio da ampliação dos recursos destinados a ações com bom desempenho em anos anteriores, colocando ênfase no objeto do gasto público.

61. Sempre de forma regionalizada, as diretrizes e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e também para as relativas aos programas de duração continuada estarão previstas na Lei de(do)

- a) Orçamento Fiscal
- b) Orçamento Bimestral
- c) Orçamento Monetário
- d) Diretrizes Orçamentárias
- e) Plano Plurianual

62. A Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta várias características relevantes, dentre as quais NÃO se encontra a seguinte:

- a) autorizar a concessão de vantagens e aumentos de remuneração aos servidores.
- b) dispor sobre alterações tributárias como a previsão de novos tributos.
- c) dispor sobre a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento.
- d) estabelecer os objetivos das despesas de capital para quatro exercícios financeiros consecutivos.
- e) ser iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

63. A Constituição Federal de 1988 prevê que as alterações na legislação tributária e o estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento são, respectivamente, matérias concernentes

- a) ao Plano Plurianual e ao Plano Plurianual.
- b) ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.
- e) à Lei Orçamentária Anual e à Lei Orçamentária Anual.

64. De acordo com a Constituição, a lei orçamentária anual, compreenderá:

- a) a reestimativa da receita e da despesa, sempre que estas possam resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal.
- b) o orçamento de investimento de empresas que não detenham a maioria do capital social com direito a voto.
- c) o orçamento fiscal referente somente ao Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, excluindo-se as de Administração indireta.

d) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

e) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

65. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

66. A Governança Pública é um tema que passou a ser discutido quando da implantação do novo modelo de gestão pública e tem sido viabilizada por princípios, diretrizes e mecanismos. O princípio da governança no setor público que diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados diz respeito à

- a) Capacidade de resposta.
- b) Integridade.
- c) Transparência.
- d) Confiabilidade.
- e) Accountability.

67. Acerca do paradigma pós-burocrático e da gestão por resultados, considere:

I – Em meados dos anos 90 houve flexibilização do novo modelo de gestão e uma ruptura com o modelo de gestão burocrático.

II – As organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de conflitos e problemas, baseadas na participação, confiança e compromisso.

III – O modelo pós-burocrático é construído em torno de processos tecnologicamente intensivos, baseados no consenso e no personalismo de interesses.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III
- b) I
- c) II
- d) III
- e) I e II

68. A avaliação das políticas públicas tornou-se um procedimento institucionalizado na administração pública e tem sido realizada utilizando-se diferentes dimensões e metodologias. Acerca das políticas públicas e dos diversos métodos de avaliação, aponte a alternativa correta:

- a) a avaliação de metas tem como objetivo medir o grau de êxito que um programa ou projeto obtém em relação ao processo e ao seu impacto.
- b) a avaliação de metas e de impacto ocorrem concomitantemente à implementação do programa ou projeto.
- c) a avaliação de impacto tem como objetivo identificar os efeitos sobre a população-alvo do programa ou projeto e produzir dados para reprogramação das ações.
- d) a avaliação de processo tem como objetivo medir o grau de cobertura do programa ou projeto, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e produzir dados para a reprogramação das ações.

e) a avaliação de processo ocorre simultaneamente com a avaliação de metas.

69. A análise de políticas públicas pode ser representada por um esquema no qual procura-se entender como as decisões são tomadas ou como deveriam ser tomadas, de forma que os problemas possam ser considerados públicos. No conjunto de processos político-administrativos vinculados à política pública, o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas, identifica a atividade específica que consiste na fase do ciclo de políticas públicas referente à

- a) avaliação de políticas
- b) montagem da agenda
- c) formulação de propostas
- d) tomada de decisão
- e) implementação de programa

70. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I - A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II - Os conselhos gestores são órgãos públicos de composição paritária entre a sociedade e o governo, regidos por regulamento próprio.
- III – As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas

71. O Referencial estratégico das Organizações envolve a escolha de ferramentas, análise de cenários e indicadores de desempenho, entre outras variáveis, visando dar rumo às organizações. Alguns critérios são fundamentais para abastecer os avaliadores de parâmetros para julgar. Com relação aos critérios de avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.
- () Economicidade está relacionado ao grau de utilização dos recursos.
- () Eficiência operacional, está associado à análise dos custos e prazos esperados (em relação ao realizado).

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) F, F e V.

72. No modelo de governança pública, os mecanismos de liderança, estratégias e controle são colocados em prática, com vistas a prestação de serviços a sociedade. Assinale a opção que apresenta princípios da governança pública.

- I. Melhoria Regulatória
- II. Integridade
- III. Avaliar a satisfação das partes interessadas.
- IV. Gestão de riscos

Estão corretos os itens

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

73. Os cenários de mudanças econômicas mundiais promoveram, em muitos casos, mudanças sociais, políticas e administrativas, a exemplo da evolução do modelo racional-legal ao paradigma pós burocrático, ocorrido na gestão pública brasileira. Acerca dos modelos de administração pública no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) O modelo de reforma do Estado brasileiro mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientado para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade do Estado de sua construção em novas bases.
- b) A reforma iniciada com o Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas é definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) O Estado Regulador atua como responsável por definir regras ou padrões a serem seguidos em prestação de serviços essenciais à população.
- e) A reforma iniciada em 1995 apresentava o desafio cultural de inserir as práticas de gestão privada no contexto da administração pública.

74. Alguns acadêmicos consideram os processos participativos de gestão uma consequência do movimento da nova gestão pública. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) Por determinação constitucional, o orçamento participativo, como instrumento de soberania popular, visa à ampliação da democracia direta.
- b) O objeto da administração pública gerencial é o desenvolvimento dos processos participativos de gestão pública.
- c) O exercício dos processos participativos implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.
- d) A ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado são considerados forças propulsoras do movimento da Nova Gestão Pública.
- e) O controle exercido pelo sistema de pesos e contrapesos pode ser entendido como um tipo accountability societal.

75. Acerca dos instrumentos de intermediação de interesses, julgue as alternativas a seguir:

- I – O corporativismo é utilizado para remover ou neutralizar conflitos econômicos relacionados à concorrência de mercados, conflitos sociais relacionados à luta de classes e conflitos políticos relacionados a divergências partidárias.
- II – No neocorporativismo as organizações são limitadas, e o Estado lhes dá o monopólio da representação em troca de alguma influência sobre nomeações no parlamento.
- III – Clientelismo relaciona-se com a prática de troca de benefícios entre setores da sociedade e a classe política do Estado.

Aponte a alternativa correta:

- a) I e II estão corretas
- b) I e III estão corretas
- c) II e III estão corretas
- d) I, II e III estão corretas
- e) todas estão erradas

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Guilherme Venturim

76. A **matriz de riscos** é a cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Neste sentido, assinale os casos de contratação em que a matriz de alocação de riscos é obrigatória.

- a) Apenas em obras de grande vulto, para qualquer regime de contratação.
- b) A matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado é facultativa.
- c) Obras e serviços em regime de contratação por empreitada por preço global.
- d) Obrigatória em qualquer modalidade de contratação.
- e) Obras e serviços de grande vulto ou adoção dos regimes de contratação integrada e semi-integrada.

77. Conforme Lei 14.133/21, **contratos de eficiência** são contratos cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes.

Nestes casos, para o **critério de julgamento** das propostas, adota-se

- a) qualquer um dos critérios previstos na referida lei, com exceção do critério de “maior lance”, restrito à modalidade Leilão.
- b) exclusivamente o critério de maior retorno econômico.
- c) os critérios de menor preço ou maior desconto.
- d) qualquer um dos critérios previstos na referida lei, com exceção dos critérios de “maior lance” e de “melhor técnica ou conteúdo artístico”.
- e) o diálogo competitivo.

78. Assinale a alternativa que corresponde ao **custo indireto** de uma obra.

- a) Materiais de construção.
- b) Despesas financeiras.
- c) Mão de obra.
- d) Administração local.
- e) Seguros e Garantias

79. Sob a luz da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237 de 1997, considere as afirmativas abaixo sobre o licenciamento ambiental.

- I. É obrigatório para atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras
- II. Exige elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (Eia).
- III. Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental de qualquer empreendimento ou atividade com significativo impacto ambiental.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

80. Sobre a realização de **vistoria prévia** no local de execução de obras ou serviços cuja avaliação seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, pode-se afirmar que:

- a) É obrigatória a todos os licitantes e deverá ser realizada em horário comercial.
- b) É permitida apenas para o licitante que apresentar proposta apta a gerar resultado mais vantajoso para a Administração Pública.
- c) Deverá ser assegurada a todos os licitantes, não podendo ser substituída por declaração formal de pleno conhecimento do objeto.
- d) Pode ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico declarando pleno conhecimento do objeto.
- e) Não se aplica às contratações regidas pela Lei N° 14.133/21.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
